

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO — (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL)

Gerente: GABRIEL GRECO

Diretor: WANDYCK FREITAS

Redator-Secretário: LUCIO BARBOSA

ANO LXXII

SÃO PAULO — QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1962

NÚMERO 131



Diário da Assembleia

100.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM
11 DE JUNHO DE 1962

PRESIDÊNCIA da Sra. Conceição da Costa Neves
e Sr. Costabile Romano

SECRETARIO, Sr. Leôncio Ferraz Júnior

A SRA. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 14.00 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — André Nunes Júnior — Angelo Zanini — Araripe Serpa — Archimedes Lammóglia — Athié Jorge Coury — Augusto do Amaral — Cid Franco — Costabile Romano — Luciano Lepera — Germinal Feijó — Gustavo Martini — Henrique Peres — Hilário Torloni — Jacob Zveibil — Mendonça Falcão — Chaves de Amarante — José Felício Castellano — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Leôncio Ferraz Júnior — Luciano Nogueira Filho — Conceição da Costa Neves — Mário Telles — Jorge Nicolau — Avalone Júnior — Benedito Matarazzo — Pedro Paschoal — Cardoso Alves — Paulo C. Prado e Lauro A. Moreira, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altinar Ribeiro de Lima — Nunes Ferreira — Lincoln Feliciano — Anibal Hamam — Farabulini Júnior — Antônio Mastrocola — Antônio Moreira — Antônio Sampaio — Anacleto Barbosa — Realindo Corrêa — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Ciro Albuquerque — Dante Perri — Leonardo Cerávolo — Lot Neto — Eduardo Barnabé — Oswaldo Santos Ferreira — Fernando Mauro — Francisco Franco — Scalaman-dré Sobrinho — Cel. Geraldo Martins — Geraldo de Barros — Josphumi Utiyama — Israel Novaes — Jacob Pedro Carolo — Jairo Azevedo — Jethero de Faria Cardoso — Bravo Caldeira — João Hornos Filho — João Sussumu Hirata — Castello Branco — José Costa — José Maria Costa Neves — Juvenal Rodrigues de Moraes — Leônidas Camarinha — Leônidas Ferreira — Luis Roberto Vidigal — Marcondes Filho — Maurício Leite de Moraes — Modesto Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nagib Chaib — Norberto Mayer Filho — Onofre Gossien — Orlando Zancaner — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Vicente Botta — Lopes Ferraz — Walter Menk — Wilson Lapa — Diogo Bastos — Domingos Caló — Moysés Tobias e Jamil Dualbl.

No decorrer da sessão compareceram mais os seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Farabulini Júnior — Antônio Sampaio — Carlos Kherlakian — Ciro Albuquerque — Dante Perri — Geraldo de Barros — Israel Novaes — Jairo Azevedo — João Hornos Filho — José Costa — Juvenal Rodrigues de Moraes — Murillo Sousa Reis e Norberto Mayer Filho.

A SRA. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETARIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

A SRA. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETARIO dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

OFICIO N. 73, DO SR. VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ALÇADA, NOS SEGUINTE TERMOS:

Em 9 de junho de 1962

Sr. Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em Sessão Plenária, o Egrégio Tribunal de Alçada deliberou aprovar a criação e reestruturação de cargos de sua Secretaria, em conformidade com as atribuições que a lei lhe confere, e submeter a apreciação da Augusta Assembleia Legislativa do Estado o constante da cópia autêntica dos pareceres emitidos pela doula Comissão incumbida de estudar o assunto e do anteprojeto de lei que seguem em anexo. Válio-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais elevada consideração e apreço.

a) José Carlos Ferreira de Oliveira

Vice-Presidente do Tribunal de Alçada, no impedimento do Exmo. Sr. Juiz Presidente

A Exma. Sra. Deputada Conceição da Costa Neves, DD. Presidente em exercício da Augusta Assembleia Legislativa do Estado — Capital

INDICAÇÕES

Do Deputado Castro Prado

N. 319, de 1962 — Indicando ao Executivo, pelo D. E. R., alteração do regulamento para asfaltamento das vias de acesso municipais a rodovias estaduais.

Do Deputado Dante Y. Perri

N. 320, de 1962 — Indicando ao Executivo providências no sentido de que os feitores do D. E. R. venham a ter sua carreira estendida até a letra L.

N. 321, de 1962 — Indicando ao Executivo, medidas que venham a regulamentar a função de tarefeiro do D. E. R.

N. 322, de 1962 — Indicando ao Executivo, concessão de empréstimo a Osasco para suas obras de rede de esgotos.

EMENDA

EMENDA N. 2, AO PROJETO DE LEI N. 487, DE 1962 (S. L. 107-62)

Acrescente-se onde couber:

“Artigo ... — O disposto no artigo 1.º aplica-se, para fins de despesas com a instalação de cartórios, no montante de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) a cada um, aos Serventuários que, tendo perdido seus ofícios em decorrência da extinção do distrito por força do artigo 16 da Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1958, foram designados para comarcas criadas pela mesma lei.

Parágrafo único — O empréstimo referido neste artigo será concedido, pelo prazo de 5 (cinco) anos para resgate, à taxa consignada no artigo 2.º”.

Justificação

Por incrível que pareça existem serventuários de Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais que, desde 1958, nada percebem, vivendo quasi na miséria, porque havendo os seus cartórios desaparecido em virtude da extinção dos distritos onde se situavam, não foram ainda providos nos cartórios, de comarcas novas, para os quais requereram remoção, tudo na conformidade da Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1958 (art. 16 e seu parágrafo único).

Agora, na iminência da instalação das comarcas então criadas, não possuem quantia, aqueles serventuários, suficiente para as despesas com a instalação dos cartórios.

Nada mais justo que o Poder Público, por intermédio da Caixa Econômica Estadual, financeie, mediante empréstimo, a instalação das serventias de justiça que são em número de seis.

Sala das Sessões, 11-6-1962

a) Lincoln Feliciano

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 241, DE 1962

Requeremos à Egrégia Mesa, nos termos regimentais sejam solicitadas do Poder Executivo as informações seguintes:

1.a) Por que ainda continua paralisada a reforma do Hospital “Adhemar de Barros”, de Divinolândia, para tuberculose?

2.a) Por que não se preenche a sua capacidade, que é de 300 leitos, já instalados, ao invés de 120, só para mulheres?

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1962.

a) Hilário Torloni

Justificativa

O Hospital “Adhemar de Barros”, de Divinolândia, para tuberculose, dispondo de 300 leitos, instalados, vem funcionando com 120 leitos, só para mulheres.

Há dois anos que aquele nosocômio entrou em reformas e estas, há um ano que se acham paralisadas.

Ora, de muitas necessidades coletivas, a saúde pública sobreleva. Num país como o nosso, rico de reservas mas cuja população padece do mal da fome crônica, o problema da tuberculose se agrava dia a dia, apesar do progresso da medicina, em razão do alto custo dos remédios, da pobreza, da miséria, da fome, da carência de leitos.

REQUERIMENTO N. 242, DE 1962

Requeiro, ouvido o plenário, se digne o Poder Executivo de informar à esta Casa, pelo DER se já foi escolhida a linha a ser seguida para a construção da estrada Brotas-Jaú.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1962.

a) José Felício Castellano

Justificativa

De há muito vimos lutando para que a estrada Brotas-Jaú tenha início. Tal luta é fruto das solicitações insistentes com que a população brotense formula a reivindicação perante as autoridades competentes e acima de tudo pela utilidade que a rodovia trará, não só para a região, mas para a malha rodoviária do Estado. Essa estrada é fundamental para esse plano. Após longa luta, tivemos a inclusão da mesma no plano final de construções e pavimentações do DER, previsto para este ano. Há, todavia, uma dúvida, pois existem dois traçados, ou mais, conforme nos foi dado observar. Para que a obra tenha início, segundo informações que tivemos de decisão do Conselho Rodoviário, mister se faz a doação das faixas necessárias para as obras. Ora, o povo brotense não sabe, até o momento, qual o traçado a ser seguido, embora lute pelo traçado da variante do poço fundo e não pode, através de suas autoridades e dos interessados, providenciar as doações. Assim sendo, para auxiliar o movimento que visa tornar realidade essa grandiosa obra do Governo Carvalho Pinto, e para dissipar as dúvidas existentes, sempre prejudiciais e contraditórias, formulamos essa indagação, certos de que com isso estamos colaborando para eliminar entraves à realização da obra.